



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639933 - SP (2021/0012174-4)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : CESAR WESLEY PORCELLI
ADVOGADO : CESAR WESLEY PORCELLI - SP419733
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VERONICA DOS SANTOS VIANA (PRESO)
CORRÉU : LUIS GUSTAVO BRAGA RIBEIRO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VERÔNICA DOS SANTOS VIANA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2219017-09.2020.8.26.0000).

A paciente foi presa em flagrante em 8/9/2020 por prática descrita no artigo 33, *caput*, c/c o art. 40, III, ambos da Lei n. 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia cautelar. Salienta que há excesso de prazo, pois a prisão já perdura por mais de 132 dias.

Aduz que os predicados pessoais da agente permitiriam que respondesse ao processo em liberdade.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva da paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório. Decido.

De início, tem-se que não foi decidida pelo acórdão atacado a questão do excesso de prazo, não merecendo, por isso mesmo, conhecimento.

No mais, em juízo de cognição sumária, não há demonstração de flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois consta do voto do relator (fls. 36/37):

Atentou-se à gravidade concreta dos delitos, pois os pacientes foram surpreendidos em poder de substâncias, de diversas naturezas e com alto poder viciante, supostamente para fins de tráfico e que, se disseminadas no sistema prisional, colocariam em alto risco a saúde pública, com demonstração de todos os requisitos do CPP, art. 282, II e 312, caput, indicando não ter sido assentada exclusivamente na gravidade abstrato, lembrando-se prescindível fundamentação exaustiva, bastando uma análise sucinta dos requisitos que dão ensejo à segregação cautelar (STF, RHC nº 89.972-2, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA; HC nº 86.605, Rel. Min. GILMAR MENDES; HC nº 62.671, Rel. Min. SYDNEY SANCHES; STJ, HC nº 154.164, Rel. Min. FELIX FISCHER).

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração e que não ficou evidenciada, de plano, a alegada flagrante ilegalidade, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência